



FECTRANS

O BOLETIM DA FECTRANS

O BILHETE

JULHO 2016 - NÚMERO DOIS

NESTA EDIÇÃO:

NOS AEROPORTOS O CONSÓRCIO "BARRAQUEIRO" 2

NO SERVIÇO PÚBLICO TRABALHADORES E UTENTES EM ESPERA 2

NOS CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES OS CUSTOS DA PRIVATIZAÇÃO 2

LEGALIZA-TE O DIREITO À FORMAÇÃO 3

PARAGEM OBRIGATÓRIA - A LUTA DOS FERROVIÁRIOS 3

ENTREVISTA NUNO MARTINS, CP CARGA 4

PRECARIEDADE UM FLAGELO NOS AEROPORTOS 4

PERGUNTAS RÁPIDAS AO JOSÉ OLIVEIRA:

Onde nasceste?

São Pedro, Elvas, Alentejo

Onde trabalhas?

Nos CTT, mas diariamente no SNTCT

Tarefas na FECTRANS?

Secretariado da FECTRANS e ligação ao sector dos correios e telecomunicações

Desafios?

O maior é responder a todos no âmbito sindical

Um desejo?

O 25 de Abril Sempre!

EDITORIAL - 35 HORAS PARA TODOS!

Combater um modelo assente em precariedade passa por inverter as políticas de austeridade que estiveram na base da governação do executivo de direita, que procurou aumentar a exploração de quem trabalha para enriquecer os capitalistas.

Nada nos foi dado, tudo foi conquistado pela luta de sucessivas gerações que construíram o património de direitos que hoje, com a nossa luta, temos que defender e será com essa mesma luta, que podemos melhorar as nossas condições

de vida e trabalho.

A quebra dos rendimentos dos trabalhadores foi uma realidade nos anos do governo PSD/CDS e não pode continuar a sê-lo na actualidade.

Melhorar os salários e valorizar as profissões é um imperativo nacional pelo qual temos de lutar sem hesitações. Será com a luta que nas empresas públicas e privadas poderemos retirar ao capital a parte do rendimento que deve ser dos trabalhadores, porque são estes os criadores da riqueza.

Na situação em que o país e os trabalhadores se

encontram, perante um gravíssimo problema de desemprego, horários longos e elevados ritmos de trabalho, é mais que justificada a reivindicação dos trabalhadores pela redução progressiva dos horários para as 35 horas, sem perda de remuneração, nem de outros direitos conquistados!



Sem Banco de Horas!
Sem Adaptabilidade!

AGORA FALO EU - JOSÉ OLIVEIRA

Privatização dos CTT: Perderam o País e os Portugueses. Só ganhou o capital sem rosto.

Privatizar os CTT foi um erro histórico a corrigir a seu tempo, como aconteceu com a "privatização" dos Correios em 1606 e, creio, pelos mesmos motivos. Criados em 1520, os Correios foram vendidos em

1606 por Filipe II e "renacionalizados" em 1797, por D. Maria II, porque o serviço prestado ia de mal a pior. Resumindo: em 2013/14 a privatização dos CTT lesou o País e o Povo e, não só por isso, Passos Coelho devia "voar pela janela" por onde em 1640 voou o traidor Miguel de Vasconcelos.



José Oliveira - SNTCT

NOS AEROPORTOS

A “Barraqueiro”, empresa de Humberto Pedrosa, cujo grupo é detido a 33% pelos alemães da DB, testa-de-ferro na privatização da TAP, tem actuado como facilitadora à entrada do capital estrangeiro no sector da aviação em Portugal.

Não sendo a sua dimensão ou saúde financeira as mais adequadas a altos voos como os de gerir a maior exportadora nacional, tem para isso feito pactos de aliança, vulgo consórcios, com empresas estrangeiras ávidas de colher os fru-

tos da sangria privatizadora que percorreu o sector dos transportes. Começou com o “Consórcio Gateway” e a entrega da gestão da TAP aos interesses de David Neeleman e da sua companhia aérea Azul.

Tal permitiu que a TAP partilhasse valiosas rotas para o Brasil, perdesse milhões de euros em opções de compra de aviões e que o Estado Português assumisse o ónus da sua dívida. Apesar da proximidade dos casos da PT e da

CIMPOR, os nossos governantes teimam em ignorar que estão a ser dados agora passos de igual sentido.

No sector da assistência e em escala, a “Barraqueiro” volta ao seu papel de porta giratória à entrada de capital estrangeiro, apresentando-se agora num consórcio predador com a “Menzies”, um gigante internacional do sector do handling conhecida por ir a jogo através do esmagamento dos salários e direitos dos trabalhadores.



Consórcio internacional usa Barraqueiro para atacar contratação colectiva.

NO SERVIÇO PÚBLICO

Trabalhadores e utentes querem respostas urgentes.

Não basta ter empresas públicas, é preciso que elas cumpram a sua função social.

Para isso, é preciso inverter as medidas que estão na base dos processos de privatização, de que resulta a degradação da qualidade e segurança do serviço público, a redução da oferta aos utentes e um aumento das cargas e ritmos de trabalho impostas aos trabalhadores.

A falta de trabalhadores, aliada ao desinvestimento na manutenção e conservação, são responsáveis pela supressão de centenas de serviços no transporte fluvial, no transporte ferroviário e nas empresas de transporte urbano de Lisboa e Porto, assim como, pelo aumento do número de avarias e outras ocorrências, que não se resolvem com o sistemático pedido de desculpas difundido pelos conselhos de administração das empresas.

O serviço público de qua-

lidade, seguro e fiável, é um direito dos cidadãos e uma garantia de acesso a outros direitos fundamentais, pelo que, não pode ser assegurada sem inversão da lógica de serviço público seguida ao longo dos últimos anos.

Nesse sentido, entre 12 e 23 de Setembro, com diversas acções, incluindo lutas e outras mobilizações nas empresas, vamos realizar a campanha:

“Trabalhadores e utentes querem respostas urgentes”.



Degradação do serviço público aumenta tempos de espera.

NOS CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES

Sector dos correios e das telecomunicações em Portugal - da excelência à degradação!

Até ao início dos anos 90, tínhamos, estimados pelos Portugueses, uns excelentes serviços públicos de Correios (CTT - referência mundial) e de Telecomunicações (CTT/TLP/MARCONI

- topo de gama).

Mas, aqueles Serviços Públicos integravam um sector que a CEE (U.E.), neoliberal exigia aberto ao capital privado e sem rosto.

Com a liberalização e a privatização, vieram a CTT-SA e a PT-SA e, com elas, tarifas mais caras e redução nos custos com

o trabalho e na qualidade de serviço, sempre em favor dos lucros dos accionistas. O resultado? Correios com péssima qualidade, selvajaria nas telecomunicações e, em todo o sector, desinvestimento, menos trabalhadores (mais precariedade) e ataques ferozes aos seus direitos.



Os trabalhadores exigem uma resposta.

LEGALIZA-TE!

O Direito à Formação

1. A formação profissional é um direito do trabalhador?

O Código do Trabalho garante a todos os trabalhadores um mínimo de 35 horas de formação profissional anual, ou um número de horas proporcional para contratos de trabalho inferiores a esse

período temporal.

2. A prestação de formação é um dever do empregador?

Sempre e de forma contínua. Pode ser assegurada directa ou indirectamente pelo empregador, por recurso a estabelecimento de ensino reconhecido ou entidade formadora certificada.

3. O trabalhador pode promover a sua formação profissional?

O trabalhador pode a todo o tempo propor de sua iniciativa a participação em programas de formação enquadrá-

veis com a sua actividade profissional até ao preenchimento do limite mínimo de 35 horas anuais previsto no Código de Trabalho.

4. E se em determinado ano não for preenchido este limite de horas de formação?

Sempre que o empregador não garantir o limite mínimo anual de horas de formação no prazo de dois anos, as horas em falta serão convertidas em créditos de horas utilizáveis pelo trabalhador em formação de sua iniciativa com direito a retribuição.



PARAGEM OBRIGATÓRIA

Nada pedimos, porque nada nos dão. Exigimos, intransigentes, porque, para isso temos o direito e possuímos a força!

Em Janeiro de 1911, os Ferroviários Portugueses erguiam uma grande greve, que duraria 5 dias e permitiria a conquista de importantes direitos pelos trabalhadores ferroviários.

A história desta greve lembra-nos como foram arrancados ao patronato cada direito que hoje temos. Recorda-nos, também, os tempos em que o direito a férias foi conquistado, em que o direito a uma reforma era ainda uma reivindicação, em que se lutava

por fardas sem insígnias para poderem ser utilizadas na "vida civil".

Lembram-nos os tempos em que a CP era uma empresa privada, mas onde se conquistavam direitos na luta, como o das concessões que, passado mais de 100 anos, o governo da direita tentou roubar, mas que com a luta recuperámos. Lembra-nos também desta vez que, apesar dos tempos difíceis que se viviam, foi possível impor aumentos de salários.

telefone, passe de eléctrico e dão 400 a 600 mil reis anuais para casa de residência, a estes dão no fim do ano, como gratificação, 4, 5 e 6 meses de ordenado, 1.200\$000 ou 1.800\$000.

Aos pequenos, que ganham 20 ou 30 mil reis, "dão", um mês de ordenado ainda muitas vezes reduzido. 30 ou 40 homens absorvem na Companhia em ordenado tanto como 7 ou 8 mil".

Perante estas injustiças, os ferroviários foram para a luta e conquistaram direitos que hoje fazem parte do nosso património colectivo e, por isso, lutaremos para defender aquilo que as gerações anteriores, com a sua luta, nos legaram!

"Aos que ganham 200, 250, e 300 mil reis mensais, a quem pagam 20 ou 30 mil reis de deslocações,



Av. António José de Almeida, 22
1049-099 Lisboa
fectrans@fectrans.pt
Tel.: 218 453 466
Fax: 218 453 469
http://www.fectrans.pt/



ENTREVISTA

CP-Carga - E depois da privatização...

A CP-Carga, empresa de transportes privatizada já no âmbito do mandato do actual governo, negocia neste momento um novo Acordo de Empresa e Nuno Martins, trabalhador da empresa e membro da direcção do Sindicato dos Ferroviários, passa ao Bilhete o ponto da situação:

O Bilhete: Qual o balanço da negociação?

Nuno: Desde a entrega da proposta da administração que se confirma aquilo que o Sindicato dos Ferroviários e a Federação sempre disseram, que, com a empresa privada, o objectivo central é gerar lucros para a multinacional, pelo que, é preci-

so reduzir os custos de trabalho, aumentando a exploração dos trabalhadores através do aumento do horário de trabalho para as 60 horas semanais e 12 horas diárias, da redução das remunerações, da retirada de direitos e do acréscimo de polivalência de funções.

O Bilhete: Quais os objectivos sindicais e acções que estais a desenvolver?

Nuno: Estamos empenhados na negociação, mas só podemos ter um objectivo, que passa pela melhoria dos salários, com o pagamento daquilo que é devido aos trabalhadores em virtude das políticas restritivas dos últimos anos. Também nos preocupa defender

outros direitos, entre eles, reduzir o horário de trabalho e melhorar e adaptar o Regulamento de Carreiras. O caminho faz-se pelo progresso e não pelo retrocesso, como é o sentido da proposta da administração da MedRail/MSC.

O Bilhete: que vão fazer?

Nuno: Tal como no passado, nada nos foi oferecido, tudo foi conquistado. Nesse sentido, os próximos tempos têm que ser de discussão com os trabalhadores e mobilização destes em defesa das suas reivindicações e direitos. Caso a negociação seja de empatar, fugindo-se à discussão dos aspectos centrais que melhoram os salários, só há um caminho, a LUTA!



CP-CARGA

A privatização lucra da exploração dos trabalhadores.

Citação

“O trabalho não pode ser uma lei sem que seja um direito.”

Victor Hugo
Escritor Francês
1802 - 1885

PRECARIEDADE

AEROPORTOS - Precariedade no Trabalho é instabilidade na vida!

O Aeroporto de Lisboa é o maior local de trabalho da área metropolitana de Lisboa e aqui trabalham milhares de trabalhadores de diferentes sectores de actividade: do handling, do comércio, da hotelaria, dos correios, do transporte rodoviário, dos bombeiros, da vigilância e da limpeza. Uma grande parte dos trabalhadores ganham

cerca de 530€ mensais, com contratos precários, os mesmos trabalhadores que despacham as malas e tratam da segurança de todos os passageiros. No aeroporto há quem trabalhe 10 a 12 horas por dia, horários que acabam por ser “prolongados” quando as entradas e saída de serviços são em horas sem transportes públicos. A grande maioria dos trabalhadores no aeroporto não conseguem ter

férias no verão e no Natal, há mães e pais que não conseguem ver os filhos durante 4 dias devido aos seus horários e há trabalhadores que não têm um fim-de-semana por mês para estar com a família e os amigos;

Precariedade no trabalho é instabilidade na vida! Um novo rumo para Portugal passa pela criação de emprego com direitos.



O flagelo da precariedade nos Aeroportos